

15 SET 1988

Um erro de Sarney no Senado

GAZETA MERCANTIL

por Adriana Vera e Silva
de Brasília

O Senado Federal recebeu ontem uma mensagem do presidente José Sarney autorizando a liberação de 25 milhões de OTN do Tesouro federal para o Estado da Bahia, governado pelo seu adversário político Waldyr Pires, do PMDB. A mensagem, porém, era inócua.

Sarney já havia encaminhado a mesma mensagem ao Senado, no ano passado, que a aprovou. Por um erro, ele assinou de novo o mesmo documento e o enviou à apreciação dos senadores.

A liberação do dinheiro federal para a Bahia fazia parte de um acordo político feito na terça-feira no âmbito do Senado. O senador Jutahy Magalhães, aliado de Pires, estava obstruindo as votações de empréstimos a estados e municípios, de interesse do governo federal, sob a alegação de que a Bahia não recebia recursos do governo Sarney.

Fez-se um acordo, pelo qual o presidente da República se comprometeu a autorizar liberação dos recursos à Bahia. A confusão surgiu quando se descobriu o erro de Sarney, na assinatura de uma mensagem já aprovada.

Três senadores, Ronan Tito (PMDB-MG), Saldanha Derzi (PMDB-MS) e

Marcondes Gadelha (PMDB-PB), foram, à noite, ao Palácio do Planalto. Depois de duas horas com Sarney — "ele deu vários telefonemas até descobrir que havia assinado duas vezes o mesmo documento", contou Tito —, saíram com a certeza de que a mensagem errada será retirada, "com um pedido de desculpas de Sarney". O empréstimo à Bahia, aprovado há oito meses, até hoje não foi oficialmente liberado pelo governo federal. Sarney prometeu novo empréstimo, agora de 60 milhões de OTN.

"Um problema grave, um erro grosseiro", foi dessa forma que o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, classificou ontem, no Rio, a mudança introduzida no Orçamento da União para 1989 sob a forma de pagamento das dívidas externas estaduais. O projeto do novo orçamento impõe aos estados o pagamento integral de suas dívidas externas, o que, para Cardoso, "é um descabido, um desrespeito". Ele está articulando com os governadores Orestes Quércia (SP) e Moreira Franco (RJ) uma ofensiva política e mudar o projeto, que está no Congresso.

(Ver página 10)